

Resumos

Understanding colonial chieftaincy from its final phase: responses to the crisis of an institution in French-ruled West Africa and beyond, 1944–1960

Alexander Keese

Em virtude das descolonizações na África subsariana no final do período colonial, a época dos “chefes tradicionais” parecia destinada a terminar. Os chefes, frequentemente considerados pelos historiadores e investigadores em ciências sociais como sendo o produto do estado colonial, estavam, aparentemente, prestes a perder toda a sua autoridade. Pelo menos, assim parecia ser. Apesar disto, cinquenta anos mais tarde, surpreende-nos a força contínua do “poder tradicional” em muitas partes do continente africano.

Uma análise mais profunda do “poder tradicional” em vários territórios da África ocidental sob domínio colonial francês mostra que, mesmo dentro dos estados coloniais tardios, os “chefes tradicionais” tinham muita margem de manobra. Aquelles chefes que não se adaptaram aos desejos e interesses das populações locais – que tinham agora mais instrumentos políticos nas suas mãos – perderam a sua posição. Todavia, muitos “chefes tradicionais” aprenderam as novas regras do jogo, e as décadas de 1940 e 1950 podem ser interpretadas como o período no qual eles adquiriram as competências necessárias para sobreviverem após as descolonizações.

Palavras-chave: poder tradicional, adaptação, descolonização, África Ocidental francesa, contestação de autoridade.

With the transfers of power in still-colonial sub-Saharan Africa, the epoch of ‘traditional chieftaincy’ seemed to be finally

over. The chiefs, frequently regarded by historians and social scientists as a product of the colonial state, appeared to lose all of their authority. Or so it seemed. Fifty years later, we are puzzled by the resilience of chieftaincy in many parts of the African continent.

A more profound analysis of chieftaincy in several West African territories under colonial rule shows that also in the late colonial states, the chiefs had their margin of manoeuvre. Those who did not adapt to the wishes and requirements of the local populations, who now had far more political means at their disposal than it had been the case before, lost their position. However, many ‘traditional rulers’ learnt how to play the game, and the 1940s and 1950s were a period in which they acquired the skills to survive after independence.

Keywords: chieftaincy, adaptation, decolonization, French West Africa, challenge of authority.

‘Direct’ or ‘indirect’ rule? Reconsidering the roles of appointed chiefs and native employees in Portuguese West Africa

Philip Havik

A nomeação de chefes nativos pela administração colonial em África tornou-se um importante tema de debate durante as últimas décadas. Se o papel das autoridades nativas tem sido um dos principais focos deste debate, sobretudo no quadro dos conceitos de “indirect” e “direct rule”, os estudos demonstraram também a grande variedade de contextos políticos, sociais e culturais vigentes no continente. Apesar

dos contrastes entre a governação e a prática colonial, entre a geografia, a demografia e a história dos territórios em questão, a investigação académica identificou muitas semelhanças. Um dos mais relevantes aspectos de regimes coloniais e que até agora mereceu pouca atenção tem sido o papel dos empregados nativos, como por exemplo serventes, guardas, intérpretes e oficiais de diligências, que desempenharam funções nas esferas mais “baixas” da administração. Por conseguinte, a ênfase sobre chefes nativos nomeados precisa de ser equilibrada com um foco complementar sobre estes empregados, para melhor entender o funcionamento interno e a vertente local de “sistemas” coloniais. A execução de tarefas atribuídas a serventes e guardas na hierarquia administrativa foi essencial para a manutenção e a sobrevivência do “sistema”, e até mais importante do que até agora foi reconhecido por terem estado mais próximos das populações sob a sua jurisdição. A sua relevância, em termos numéricos e qualitativos, requer uma análise dos procedimentos legais e administrativos que os afectaram, mas também o modo como interagiram nas relações triangulares entre a administração, os chefes nativos e a população em geral. Serventes e guardas desempenharam um papel-chave na manutenção da ordem colonial, como intermediários entre a administração e as chefias nativas e também na implementação da chamada “política indígena”. Este ensaio pretende realçar estes aspectos menos conhecidos do papel dos africanos na governação colonial através de uma análise da situação da colónia portuguesa da Guiné, entre os anos 1920 e 1950.

Palavras-chave: administração colonial, chefes nativos, empregados africanos, política indígena, tributação, África Ocidental, Guiné.

The appointment of chiefs by colonial administrations in Africa has become a richly textured issue of debate over the last decades. While the role of native authorities has been the main focus of this debate, above all in the context of concepts such as ‘indirect’ and ‘direct rule’, it also highlighted the great variety of political, social and cultural contexts across the continent. Despite the great differences between colonial governance and practice, and the geography, demography and history of the territories involved, scholarly work has been able to draw many parallels. One of the most notable features of colonial regimes that have received much less attention is that of native employees such as clerks, guards, interpreters and liaison personnel, that exercised functions on the ‘lower’ echelons of administration. The emphasis on appointed chiefs thus needs to be balanced by a complementary focus on these employees, in order to better comprehend the inner and local workings of colonial ‘systems’. The implementation of tasks attributed to clerks and guards within the different administrative hierarchies was crucial to the maintenance and survival of the ‘system’ latter, and indeed much greater than has so far been acknowledged, for having been closest to the populations, their compatriots, under ‘their’ jurisdiction. Given their relevance, both in a numerical and qualitative sense, an analysis needs to take into account the legal and administrative procedures that affected them, but also the way they interacted within the triangular relations between administration, local chiefs and the population at large. Clerks and guards played a key role not only in the maintenance of the colonial order and as intermediaries between the administration and native dignitaries, but also in the implementation of ‘native affairs’ policies, censuses, tax collection,

finances, labour recruitment drives and the gathering of information of local communities. In order to focus on some of the lesser known aspects of colonial rule and the roles of Africans in it, the present paper takes a closer look at the situation as it evolved in a Portuguese colony, i.e. Guinea, between the 1920s and the 1950s. The analysis of their roles in administration is placed in the context of the broader, ongoing debate on native employees in sub-Saharan Africa.

Keywords: colonial administration, native chiefs, African employees, native affairs, taxation, West Africa, Guinea.

The persistence of Asante chieftaincy under colonial rule: explanations of an enigma

Louise Mueller

O objectivo deste artigo é fornecer uma explicação religiosa para a persistência do poder tradicional Asante no Gana durante a época colonial (1896-1957) e depois. O poder tradicional era o sistema político mais comum no continente africano antes da conquista colonial. Durante o período colonial, em muitos territórios africanos inclusive o do Gana, o poder colonial britânico introduziu superestruturas políticas, conhecidas como *indirect rule*, que foram utilizadas no sentido de controlar as populações africanas. Em consequência disto, os poderes tradicionais africanos encontraram-se ameaçados durante o processo da descolonização, e os líderes africanos nacionalistas mais destacados no momento da independência dos seus países visaram limitar a influência das autoridades tradicionais. No caso do Gana,

aqueles líderes nacionalistas perceberam os chefes e as rainhas-mãe (*queenmothers*) como sendo entidades fora de moda, que bloquearam o caminho justo na tentativa de construir uma nação africana moderna. Por esta razão, não pode ser considerado um resultado automático que os poderes tradicionais dos Asante no Gana e de outros grupos coloniais em países que foram antigas colónias sob controle indirecto britânico – como a Nigéria, o Botswana, o Lesoto e a Suazilândia – continuassem a existir.

Neste artigo, a investigadora procura melhorar a nossa perspectiva do papel religioso representado pelas autoridades tradicionais na época colonial, numa tentativa de tornar compreensível a persistência do poder tradicional no caso dos Asante. No centro desta análise encontra-se o papel de mediação religiosa e manutenção da paz por parte destas autoridades, e, em particular, pelos Asantehenes Prempeh I e Prempeh II. O objectivo do artigo é aumentar o nosso saber sobre os papéis religiosos da casa real dos Asante, aplicando o conceito da Religião Indígena, que é um conceito relativamente novo no campo dos estudos da religião. Este conceito tem substituído a noção mais antiga da Religião Tradicional Africana que foi considerado, com justiça, por Hobsbawm e Ranger como sendo uma “invenção de tradições”. Introduziremos o modelo do sincretismo religioso formulado pelo especialista nos estudos da religião Ulrich Berner, para melhorar o nosso entendimento das formas híbridas constituídas pela Indigenous Religion dos Asante e as várias formas do Islão e do Cristianismo numa região asante em processo histórico de mudança. Além disso, o artigo demonstra que os Reis de Asante Prempeh I e Prempeh II – sendo ambos profundamente religiosos – conseguiram manter a sua influência e o seu prestígio

pelas suas negociações com os habitantes do mundo dos espíritos, formando parte da Religião Indígena, e com os líderes das religiões universais do Islão e do Cristianismo e os seus aderentes. Pela mediação e *performance* dos papéis religiosos, os reis de Asante mantiveram ou ganharam o apoio não de todos mas de muitos membros de vários grupos distinguidos dentro da sociedade dos Asante, como é o caso dos Cristãos e Muçulmanos, dos servos reais dos Asante (*nhenkwaa*) e dos ‘novos ricos’ (*akonkofo*). Em conclusão, a resiliência do poder tradicional na ‘Colónia Real de Asante’ até os dias de hoje pode ser explicada pela continuação do papel mediador (embora num grau significativamente diminuído), exercido pelas autoridades tradicionais dos Asante.

Palavras-chave: Gana, Asante, chefatura, religião.

The aim of this article is to provide a religious explanation for the persistence of Asante chieftaincy in Ghana during the colonial period (1896-1957) and beyond. Chieftaincy was the most common traditional political system in Africa before colonial rule. In the colonial period, in many African countries including Ghana the British colonial rulers introduced political superstructures, known as Indirect Rule, that were meant to control the African populations. As a consequence, African chieftaincies came under pressure during the decolonisation process, and those African leaders involved with the independence of their country aimed at clipping the wings of the traditional authorities. In the Ghanaian case, those leaders perceived the chiefs and queen mothers as outmoded rulers, who stood in their way to build modern African nations. It is therefore not self-evident

that chieftaincy among the Asante in Ghana and other cultural groups in countries under former British Indirect Rule, such as Nigeria, Botswana, Lesotho and Swaziland has continued to exist.

In this article, based on doctoral research at the University of Edinburgh, the investigator enhances insight in the religious roles of Asante traditional authorities in the colonial period to make the persistence of chieftaincy among the Asante understandable. The focus is on the religious mediatory and peacekeeping roles of these authorities and especially of the Asante-henes Prempeh I and II. The objective of the article is to increase our understanding of the religious roles of these Asante royals by making use of the concept of Indigenous Religion, which is relatively new in the field of religious studies. The concept of Indigenous Religion has replaced the older notion of African Traditional Religion, which was rightly attacked by Hobbsbawn and Ranger as being an ‘invention of tradition’. The model of religious syncretism of the scholar of religions, Ulrich Berner, is introduced to enhance understanding of the hybrid forms between Asante Indigenous Religion and various forms of Islam and Christianity in Asante’s changing historical setting. The article furthermore shows that the Asante Kings Prempeh I and II, who were themselves deeply religious, managed to maintain influence and prestige by their indigenous religious negotiations with the inhabitants of the spiritual world and with the Islamic and Christian world religious leaders and their adherents. By mediation and performance of their religious roles the Asante Kings maintained or gained not all but sufficient adherents of various distinguished groups in Asante society, such as Christians and Muslims, the Asante royal servants (*nhenkwaa*) and the nouveau rich (*akonkofo*). In conclusion,

the resilience of Asante chieftaincy in the ‘Crown colony of Asante’ until the current day can be explained by the continuation of a – although significantly diminished – mediatory role held by the Asante traditional authorities. More important, however, its persistence is explainable through the increased significance of these authorities’ religious peacekeeping role.

Keywords: Ghana, Asante, colonial era, chieftaincy, religion.

Chieftaincy as religion: a conjectural interpretation of its role in the decolonization process in “Northern Angola”

Madalina Florescu

Neste artigo defende-se que a colonização e a descolonização não implicam apenas mudanças concretas na realidade sociopolítica mas também no domínio da “possibilidade” ou “potencialidade” do imaginário, isto é, envolvem as representações de como os sujeitos se vêem mutuamente e face às instituições. Assim, para efeitos de

análise, a “chefatura” foi substituída pela “religião”, tal como definida por J. D. Y. Peel (2000): o imaginário sobre uma realidade fora da percepção mundana, por meio do qual indivíduos comunicam a sua experiência usando recursos comuns.

Palavras-chave: Religião, fronteiras, descolonização, semiótica, Angola.

In this paper it is argued that colonization and decolonization are not only about changes at the level of the concrete sociopolitical reality but also at the level of how domains of “possibility” or “potentiality” are created, and this involves the imaginary that mediates how subjects perceive themselves in relation to others, institutions, and the environment. Thus, for the purpose of analysis, “chieftaincy” has been replaced with “religion” as defined in J. D. Y. Peel’s (2000) terms as the imagination of the realm beyond mundane perception by means of which individuals make sense of their experience using the resources available to them.

Keywords: religion, boundaries, decolonization, semiotic interpretation, Angola.

